

El ayer no podrá ser destruído: a decadência da excepcionalidade chilena.

Silvia Simoes¹

Resumo: Este artigo leva em conta ideias em torno das quais se cristalizaram convicções e explicações acerca da “decadência” chilena, validando a atualização do presente por meio de um passado glorioso e “excepcional”: aborda-se a República Conservadora de 1830 e os primórdios da diferenciação chilena fundada no elemento racial; a noção de raça como explicador desta exceção e da decadência social; o mito do Estado portaliano e a necessidade premente de sua retomada.

Palavras-chave: Chile; nacionalismo; crise social; decadência.

Abstract: This article takes into account the ideas that fix the beliefs and explanations about the Chilean "decadence" and reconsidering the update of this through a glorious past and "exceptional". These aspects address the past Conservative Republic of the years 1830 and the early differentiation of Chile based in racial element, the notion of race explaining this exception and social decay, the myth of the portalian state and the urgent need of its resumption.

Keywords: Chile, nationalism, social crisis; decay.

Introdução

Muito se falou, no Chile, desde meados do século XIX e ao longo do século XX, na excepcionalidade chilena, em virtude da rápida institucionalização e consolidação do Estado nacional neste país, com a instauração, em 1830, da *República Conservadora* ou *Era Portaliana*, assim denominada devido ao Ministro Plenipotenciário Diego Portales, seu principal ideólogo e mentor da *Constitución* de 1833.

Outorgando amplos poderes ao Poder Executivo por meio da decretação de faculdades extraordinárias, como o Estado de Sítio – que se traduziram em exílios, censura à imprensa e perseguição aos adversários políticos –, a *Constitución* estabeleceu os fundamentos jurídicos de um governo autoritário pautado no respeito à ordem e submissão do Exército à autoridade do Estado. Estes fatores serão utilizados para dar ênfase à imagem de um Chile superior e diferente dos demais países de colonização espanhola no subcontinente latino-americano: à anarquia política, administrativa e econômica das repúblicas vizinhas, opunha-se a paz interior chilena, propiciada por seu governo regular, administração pública ordenada e moralizada, e regularidade econômica e financeira.

Contudo, o século XX iniciou-se com violentas discussões, entre os meios intelectuais e políticos, acerca da necessidade imediata de reconstrução do país, uma vez este encontrar-se em profunda decadência e crise social, sendo a perda do sentimento de nacionalidade apontada como a causa fundamental desta situação. A explicação para isso foi a de que a riqueza proporcionada pela exploração do *salitre* trouxe, junto a ela, a corrupção da classe governante, com seus ideais de liberalismo individualista. Estes debates, concebidos inicialmente pela *Generación*

Centenário,² ecoaram na intelectualidade chilena no transcorrer de todo o século XX, buscando respostas às questões levantadas e coincidindo, muitas vezes, com esses pensadores.

Este artigo, após discorrer sobre o Estado constitucional portaliano e os primórdios da diferenciação chilena fundada no elemento racial, aborda os seguintes escritores e temáticas: Nicolás Palacios e Francisco Antonio Encina, com a noção de raça como explicador da excepcionalidade e da decadência social; Alberto Edwards e, novamente, Francisco Antonio Encina, construtores do mito do estado portaliano, que consolida a ideia de um Chile “diferente” e antilatinoamericano.

1- O Estado construtor da Nação: Diego Portales, a Constituição de 1833 e os primórdios da superioridade racial chilena.

A “excepcionalidade” chilena encontra-se vinculada à formação do Estado e seu desenvolvimento político, especialmente com a Constituição de 1833, que estabeleceu um sistema constitucional de cunho fortemente autoritário e centralista. Contando com o respaldo da aristocracia fundiária, da Igreja Católica e do Exército, salientou-se incessantemente a existência desse caso único em um continente exposto aos particularismos regionalistas, com seus líderes caudilhos, clima de caos, desordem e falta de “consciência nacional”, em oposição à república chilena, “modelo” da América Latina. Ou seja, como bem salienta Juan Maiguashca,³ a excepcionalidade forja-se num conceito muito mais comparativo do que fundamentado em uma teoria política, isto não implicando em que a institucionalização do Estado chileno não tenha sido singular em comparação ao seu entorno vizinho. Porém, o que se ressaltou foi a formação de uma unidade aglutinadora, dando aos “prussianos da América Latina”, desde muito cedo, uma identidade nacional correspondente a um espírito próprio da “nação” e da *raza* chilena, distinguindo-a das demais. A impulsão desta unidade teria sido feita pelo Estado portaliano, ordenador dos elementos da “alma” nacional que se encontravam difusos e dispersos no tecido social. Dessa forma, já existiria uma “nação” na própria alma do povo, sendo o Estado o responsável pela estruturação coerente desses elementos, que foram “sentidos” e “intuídos” por Diego Portales. Portanto, é preciso entender, em linhas gerais, as características do Estado constitucional portaliano e as diretrizes da Constituição de 1833 que, inspirada em sua ordem política republicana, regeu no Chile até o ano de 1925.

Ao final da confrontação de 1829 entre *pipiolo*s (liberais) e *pelucones* (conservadores),

² A *Generación Centenario* ou, como é chamada hoje, no Chile, *Generación Mil Novecientos Diez*, consiste no trabalho de políticos, artistas, historiadores e escritores que se propuseram a analisar criticamente vários aspectos da realidade nacional a fim de entender a “decadência” do país.

³ MAIGUASHCA, Juan. Dirigentes políticos y burócratas: el Estado como institución en los países andinos, entre 1830 y 1890. In: _____. (ed.) *Historia de América Andina*. v. 5. Quito: Universidad Simón Bolívar, 2003. p. 260.

com estes últimos obtendo a vitória na batalha de Lircay em 1830, teve início o governo de José Joaquín Prieto e, com ele, a República Conservadora no Chile, com Diego Portales ocupando, inicialmente, o ministério da Guerra e Marinha.⁴ Dentre suas primeiras medidas, há que salientar o exílio dos políticos e chefes de Exército *pipiolos* que haviam participado nesta batalha, desmontando, desse modo, o movimento liberal.⁵

Feita a depuração e subordinação do Exército, e a fim de estabelecer uma nova oficialidade, o Ministro restabeleceu a Academia Militar e criou a Guarda Civil, esta última com duplo intuito – resguardar o novo governo; moralizar e instruir o povo. Portanto, ao Exército coube o papel de guardião das fronteiras nacionais, ficando a Guarda Civil encarregada da manutenção da ordem interior do país.

Portales, em um procedimento estratégico de formação de alianças para consolidar o apoio da aristocracia e da Igreja Católica, reatou as relações com o clero, restabelecendo o dízimo e devolvendo todos os bens que haviam sido confiscados à Igreja entre os anos 1823-1829 pelos governos liberais, perante a condição de que o presidente continuasse exercendo o direito de Patronato, subordinando, desse modo, a Igreja Católica ao governo.⁶ No tocante à organização social, postulou um ideal político de ordem e obediência da sociedade civil frente à autoridade, estimulando “a las autoridades para que reprimieran sin piedad los atentados a la propiedad y a las personas”,⁷ e criando tropas para combater a delinquência no campo e na cidade.

Com o advento da República Conservadora, a elite enquanto oligarquia⁸ preocupou-se com a institucionalização da nova forma de dominação por meio do respaldo de uma jurisdição expressa num novo código político. Este foi dado na Constituição de 1833, tratando-se de um texto no qual foram utilizados os ideais portalianos de organização republicana, baseados no autoritarismo presidencial e em uma ditadura legal, cabendo ao presidente designar senadores, juízes e intendentes.

⁴ Diego Portales, no governo de Joaquín Prieto (1831-1841), foi Ministro Interino da Guerra e Marinha, renunciando em 1832 ao posto de Ministro de Estado. No ano de 1835, neste mesmo governo, ocupou o Ministério do Interior e das Relações Exteriores, Guerra e Marinha, exercendo, interinamente, os Ministérios da Justiça, Culto e Instrução Pública.

⁵ Utilizamos a terminologia tradicional de *pipiolos*, para os liberais, e *pelucones*, para os conservadores. Os primeiros são identificados, tradicionalmente, como partidários do liberalismo francês e do federalismo norte-americano, antiautoritários, livres cambistas e laicos. Já os *pelucones* são associados com os grupos de *terratenientes* apegados a valores conservadores, partidários de um executivo forte, com políticas protecionistas e apoiadores da Igreja Católica.

⁶ BRAVO LIRA, Bernardino. Portales y la renovación del ideal ilustrado del gobierno. In: _____. *La república ilustrada*. v. 2. Santiago de Chile: Universitaria, 1992. O *Real Patronato*, no Chile e na América Hispânica colonial, cabia ao *Consejo de Indias*, organismo autônomo que somente prestava contas ao rei de Espanha, consistindo num corpo de disposições jurídicas conferidas pelo Papa aos reis espanhóis para a administração da Igreja Católica nos territórios conquistados.

⁷ DONOSO, Ricardo. *Las ideas políticas en Chile*. México: Fondo de Cultura Económica, 1946. p.102.

⁸ Utilizamos o termo oligarquia em seu sentido político clássico, ou seja, o governo de poucos, neste caso, o governo da elite, entendida em sua dimensão civil e cada vez mais organizada em grupos de pressão política.

Já em 1822, Portales havia esclarecido qual o tipo de governo adequado para a América: “Un gobierno fuerte, centralizador, cuyos hombres sean verdaderos modelos de virtud y patriotismo y así enderezar a los ciudadanos en el camino del orden y de las virtudes”. Em 1830, escreveu sobre a necessidade de um governo moralizador, para sanar os malefícios do antecedente regime liberal, constituindo-se isto no único meio para a consolidação da paz e das instituições no Chile.⁹

No entanto, Portales não era adepto incondicional das leis constitucionais, afirmando que deveriam ser respeitadas somente quando conduzissem ao bem público. Conforme o Ministro, a legalidade não deveria existir somente por ela mesma, sendo que a violação da lei constitucional poderia e deveria ser praticada quando existissem circunstâncias “excepcionais” que, não estando previstas pela lei, justificariam sua violação. Assim, a Constituição de 1833, tendo por grande mentor Diego Portales, foi baseada no tripé Deus/Pátria/Legalidade, assentando-se estes princípios como os fins supremos e permanentes do Estado, cabendo ao Presidente por eles zelar. Para isso, a Constituição o dotou de amplos poderes, o eximindo, como no poder monárquico, de responsabilidade perante qualquer órgão constitucional: como um Rei, o presidente recebeu o título de *Jefe Supremo de la Nación*, tendo estabelecidos seus poderes e deveres.

Quanto aos poderes, diz a Constituição de 1833 que: “Su autoridad se extiende a todo cuanto tiene por objeto la conservación del orden público en el interior y la seguridad exterior de la República, guardando y haciendo guardar la constitución y las leyes”. Os deveres ficam expressos em seu juramento: “Observaré y protegeré la religión católica, apostólica, romana; [...] conservaré la integridad y la independencia de la República y [...] guardaré y haré guardar la constitución y las leyes. Así Dios me ayude, i sea en mi defensa, i si no, me lo demande”.¹⁰

Ricardo Donoso ressalta que, na Constituição de 1833, a religião católica apostólica romana foi estabelecida como a religião da República, ficando vetada qualquer proclamação pública de outra fé, embora o culto privado não tenha sido proibido. No entanto, a disposição da Constituição de 1828, na qual ficava estatuído que ninguém fosse perseguido por suas opiniões privadas, foi suprimida. Em se tratando de reformas sociais, este autor esclarece que a medida que melhor exprime o regime político inaugurado foi o restabelecimento dos *mayorazgos*, instituição que havia sido suprimida na Constituição de 1828.¹¹ Desse modo, a Constituição

⁹ PORTALES, Diego. *Carta a Cea*, Lima, marzo de 1822; *Oficio del Ministro del Interior al general José Santiago Aldunate*, 15 junio 1830, respectivamente. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponível em: <http://www.bcn.cl/politica>.

¹⁰ *Constitución Política de la República de Chile jurada y promulgada el 25 de mayo de 1833*, Artigos 81 e 80, respectivamente. Biblioteca do Congresso Nacional. Disponível em: <http://www.bcn.cl/lc/politica>.

¹¹ DONOSO, op. cit., p. 108-109. O *mayorazgo* era uma instituição do direito castelhano que vinculava um conjunto de bens entre si, sendo este vínculo mantido pela transmissão ao herdeiro, quase sempre ao primogênito, a fim de que o patrimônio da família nunca diminuísse, mas, sim, aumentasse. Essa medida visava beneficiar a aristocracia chilena, tratando da inviolabilidade de sua propriedade privada.

privilegiava a tradição espanhola, pois se tratava da manutenção dos títulos hereditários da aristocracia *criolla*, e a sociedade encontrava-se dividida, como fica evidenciado na composição do Senado, cujos membros eram designados por competência exclusiva do Executivo, constituindo-se em “un cuerpo esencialmente oligárquico, cerrado, integrado por veinte miembros que durarían nueve años en sus funciones”.¹²

Assim, a Constituição de 1833 proporcionou uma forte centralização em torno ao Presidente da República, dando ao Executivo amplos poderes e faculdades extraordinárias, como a nomeação e remoção de autoridades governamentais, o exercício do patronato sobre a Igreja Católica, o direito de veto aos projetos de lei do Legislativo e a decretação do Estado de Sítio. Também fixou os limites do território chileno, que ia do deserto de Atacama até o Cabo de Hornos, e da Cordilheira dos Andes até o oceano Pacífico, compreendendo o arquipélago de Chiloé, todas as ilhas a ele adjacentes, e a ilha de Juan Fernández,¹³ estipulando, portanto, os marcos a serem tomados como referência para a efetivação da expansão territorial do país.

Uma questão a ser destacada é a atuação de Portales na guerra empreendida contra a Confederação Peru-Bolívia, em 1837. Isto porque, se por um lado o Ministro vislumbrava a ameaça da supremacia da expansão comercial chilena no oceano Pacífico, devido às rivalidades existentes entre os portos de Valparaíso e Callao,¹⁴ por outro depreendia a possibilidade de consolidar a ordem interna mediante a guerra exterior.¹⁵ Tal se deu pelo entendimento de Portales de que o Exército republicano tinha uma dupla função: a defesa do Estado frente ao inimigo exterior; a defesa do governo frente à subversão interior, expressa nas conspirações dos setores oposicionistas com o auxílio de setores militares.¹⁶ Portanto, a preocupação com as Forças Armadas, devido à guerra, passou a um primeiro plano, sendo que “las fuerzas militares chilenas vencerán por su espíritu nacional y si no vencen contribuirán a formar la impresión que es difícil dominar a los pueblos de carácter”.¹⁷

Esse “espírito nacional” das Forças Armadas, com caráter legalista e subordinadas ao

¹² DONOSO, op. cit., p. 108.

¹³ *Constitución Política de la República de Chile jurada y promulgada el 25 de mayo de 1833*, Artigo 1º. Biblioteca do Congresso Nacional. Disponível em: <http://www.bcn.cl/lc/cpolitica>

¹⁴ O porto de Valparaíso já no período colonial, o porto de Santiago, fazia a comunicação comercial da zona central chilena com a costa peruana. Após a independência do Chile, converteu-se no mais próspero da época, deslocando o porto de Callao, em Lima, com o estabelecimento de armazéns francos que, custodiando as cargas provenientes de qualquer país, tornou-se o mais importante centro de distribuição no Pacífico. Ver: RAMÓN, Armando de. *Santiago de Chile (1541-1991): historia de una sociedad urbana*. Madrid: MAPFRE, 1992. p. 158-159. Também JOCELYN-HOLT LETELIER, Alfredo. *La independencia de Chile: tradición, modernización y mito*. Madrid: MAPFRE, 1992. p. 274.

¹⁵ SOTOMAYOR VALDÉS, Ramón. *El Ministro Portales*. Santiago de Chile: Ministerio de Educación Pública, 1954. p. 68.

¹⁶ Como salienta JOCELYN-HOLT LETELIER, 1992, op. cit., p. 258-259, o período de anarquia no Chile, com motins e quarteladas militares, que culminou com a crise de 1829, prossegue após esta data, pois entre 1831 e 1837 houve dezesseis tentativas de destituição do governo constitucional.

¹⁷ PORTALES, Diego. *Carta a Blanco Encalada*, 10 septiembre 1836, citado por BRAVO LIRA, op. cit., p. 243.

Estado, forneceu a gênese do ideal chileno acerca da sua constitucionalidade. Como esclarece Juan Maiguashca, a guerra contra a Confederação Peru-Bolívia teve um impacto aglutinador, pois a morte de Portales, em 1837, atribuída a Andrés Santa Cruz, chefe da Confederação, trouxe consigo um período de unidade nacional, tanto entre as elites centrais e periféricas como entre estas e os grupos subalternos.¹⁸

Ressalta-se, também, a formação de uma identidade corporativa no ramo castrense já esboçada neste período, se consolidando com a Guerra do Pacífico (1879-1883), na qual o Chile novamente confrontou as forças do Peru e da Bolívia, incorporando territórios que foram organizados nas províncias de Tarapacá, Antofagasta e Tacna. Assim, pode-se dizer que o conceito de nacionalismo, no Chile, esteve estreitamente vinculado ao território conquistado por campanhas bélicas, formando sua “essência” como país. Conforme Dona Holahan, sendo algo comum a todos os habitantes, o território nacional, demarcado e estabelecido naturalmente desde “sempre”, e, portanto, sobrecarregado simbolicamente, precisava ser algo tangível e concreto, a fim de que pudesse ser defendido e protegido.¹⁹ Com as guerras de 1837 e, especialmente, com a de 1879, a tensão existente nos territórios fronteiriços incorporados,²⁰ localizados em pontos extremos das regiões norte e sul, fez com que a negação do pertencimento do “outro” legitimasse a conquista, vista como “natural” e “merecida”. Sobreveio a necessidade, como salienta Holahan, da criação de uma narrativa que homogeneizasse a identidade chilena, a fim de dar uma relação adequada entre esses territórios e o restante do país,²¹ papel este que contou com a participação ativa das milícias civis criadas por Portales, assim como das Forças Armadas, imbuídas do espírito de coesão nacional.

Forma-se, então, a identificação entre nacionalismo/território/raça, fator apontado por Juan Maiguashca, ao esclarecer que neste expansionismo do final do século XIX encontra-se o conceito de supremacia da “raça chilena”.²² Com efeito, durante a guerra contra a Confederação Peru-Bolívia, o *Valle Central* assumiu cada vez mais sua condição de centro da comunidade “nacional”. Constituindo-se no local da tomada de decisões que, como já mencionado, objetivavam a conversão do Chile em primeira potência do Pacífico Sul, com tropas nacionais disciplinadas e leais, forjou-se a idéia de que suas vitórias, tanto internas quanto externas, seriam consequências naturais da sua superioridade racial. Este ideal de um Estado condutor dos

¹⁸ MAIGUASHCA, op. cit., p. 261.

¹⁹ HOLAHAN, Dona. El uso de minas terrestres en Chile: hacia una teoría de la frontera militar. In: *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, jul-dez. 2005, p. 343-351. Disponível em: <http://www.revistaseletronicas.pucrs.br>.

²⁰ É interessante observar duas situações que ocorreram paralelamente ao desenvolvimento da Guerra do Pacífico: a submissão definitiva dos *mapuche* em 1881 – com a chamada Pacificação da Araucania –, e os acordos entre Chile e Argentina efetuados no *Tratado de Límites entre Chile e Argentina de 1881*, vigente até os dias de hoje, estabelecendo como limites entre os dois países a linha divisória natural formada pela Cordilheira dos Andes.

²¹ HOLAHAN, op. cit., p.347.

²² MAIGUASHCA, op. cit., p. 271.

interesses nacionais, identificados aos princípios naturais da “alma” e “raça” chilenas, foi utilizado pelos sucessivos governos para justificar seu controle e a expansão territorial, como se depreende no estudo dedicado à formação da identidade *pampina* do norte *salitrero* no século XIX. Nele, os autores salientam três linhas discursivas utilizadas pelas autoridades e pela imprensa chilenas, visando legitimar tanto a Guerra do Pacífico quanto as possessões territoriais conquistadas: primeiro, a dicotomia civilização/ barbárie; depois, e derivando desta, a superioridade racial chilena como fatalidade biológica; por fim, um chamado ao peão transformado em “cidadão em armas”, sacrificando-se para a construção e elevação nacional.²³

Em relação à primeira linha discursiva, a nação construída por dirigentes fiéis aos direitos constitucionais opõe-se àquelas dirigidas por caudilhos, demonstrando a superioridade da civilização chilena. Isto é sintetizado nos escritos do político e jornalista Zorobabel Rodríguez: “Chile [...] adelantó por los caminos de la civilización a sus vecinos del norte. ¿Por qué ha vencido Chile? Porque desde antes era ya su vencedor en los torneos de la paz, del trabajo y de la civilización”.²⁴

Quanto às atitudes racistas, que já vinham sendo fomentadas desde a guerra da Confederação Peru-Bolívia, posteriormente a 1879 os jornais chilenos tomaram essa questão de forma persistente, como fica demonstrado neste jornal de Iquique: “Luego se comprendió la diferencia de razas. La una [peruana] era heterogénea, ignorante, perezosa y cobarde; la otra [chilena], homogénea, inteligente, trabajadora y valerosa”.²⁵ Os autores salientam que a superioridade nacional se fundamenta em critérios raciais, pois, ao retirar o peão de sua antiga condição bárbara, transformando-o em soldado, ele passa a constituir, junto com os setores da elite, a raça homogênea do país.

Por fim, na terceira linha discursiva, a derrota do inimigo vinculou-se ao protagonismo popular, sendo feita intensa propaganda, entre 1879-1883, enaltecendo o *roto en armas* como defensor e construtor da nação. Para exemplificar esta situação, os autores se valem de uma mensagem do Ministro da Guerra às tropas que se dirigiam à frente de combate: “Millares de brazos se levantan para enviar los saludos cariñosos. Millares de corazones palpitan de un extremo a otro de la patria chilena, al pensamiento de la gloriosa tarea que os aguarda en el territorio de nuestros enemigos”.²⁶

Com isto, tanto a anexação dos territórios do Peru e da Bolívia, quanto a sujeição da

²³ PINTO VALLEJOS, Julio; ORTÍZ DE ZÁRATE, Verónica Valdivia ; ARTAZA BARRIOS, Pablo. Pátria y clase en los albores de la identidad pampina (1860-1890). *Historia*, Santiago de Chile, v. 36, ago. 2003, p. 275-332. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php>.

²⁴ AHUMADA MORENO, Pascual. *La Guerra del Pacífico. Recopilación completa de todos los documentos oficiales, correspondencias y demás publicaciones referentes a la guerra que ha dado a luz la prensa de Chile, Perú y Bolivia*, Santiago, 1884, v. II, p. 250 apud PINTO VALLEJOS et al, op. cit., p. 307.

²⁵ Extraído do jornal *El Veintiunom de Mayo*, 23 jan. 1881, citado por PINTO VALLEJOS et al., op. cit., p. 309.

²⁶ AHUMADA MORENO, op. cit., v. I, p. 63, citado por PINTO VALLEJOS et al, op. cit., p. 310.

última revolta *mapuche*, com a pacificação da Araucania,²⁷ foram feitas em nome de uma missão de “civilização e/ou superioridade racial”: na primeira pelo fato dos oponentes chilenos terem uma população majoritariamente autóctone; a segunda pelo entendimento de que os *mapuche* deveriam ser eliminados ou submetidos.

Desse modo, o uso da força, além de pertencer ao Estado, detentor do monopólio do uso legal da violência, possui também uma dimensão cultural, na medida em que faz a oposição civilização/barbárie: ao estabelecer atributos imanentes à identidade nacional, esta não poderia ser vista como pertencendo a um espaço histórico portador de referências plurais, mutáveis e contraditórias, pois isto não seria compatível com um todo homogêneo, estabelecido de uma vez e para sempre.

2- Nacionalismo e identidade: a decadência da “alma nacional”

Com a riqueza do salitre conquistada por meio da incorporação dos territórios peruanos e bolivianos, abre-se para o Chile um período de grande prosperidade. A tributação das exportações do salitre permite a inversão, por parte do Estado, em sistemas de comunicação e transporte, infraestrutura urbana, escolas e serviços públicos. O território une-se de norte a sul – das províncias *salitreras* recém-conquistadas até as também recém-incorporadas terras *mapuche* – com a construção da rede ferroviária. Ou seja, o Estado-Nação se consolida e, junto a ele, crescem e diferenciam-se as classes sociais nele integradas: fortalecem-se os setores médios, vinculados ao comércio, à burocracia estatal e ao sistema educacional; a economia *salitrera*, concentrada no deserto, ao norte, gera uma demanda que dinamiza a agricultura do centro e do sul do país, possibilitando a expansão da indústria manufatureira e do comércio. Porém, as condições de vida e de trabalho dos setores populares, especialmente nas minas de carvão e nas *salitreras*, não correspondiam a toda essa “modernização”: longas jornadas de trabalho, má alimentação, moradias precárias e falta de acesso a condições de higiene, acrescendo-se a isso as grandes ondas de desemprego devidas às oscilações da demanda do mercado internacional. No campo, as reformas liberais não atingiram a estrutura agrária, pois os grandes proprietários continuaram tendo a concentração de capitais e de terras, especialmente no vale central do Chile. Nas cidades, a população urbana aumentou sobre a rural, especialmente nas cidades portuárias das regiões *salitreras* (Antofagasta e Tarapacá) e nas províncias com maior industrialização (Santiago, Valparaíso e Concepción). A imigração estrangeira foi incentivada, com o auxílio do governo, e criaram-se monopólios ingleses nas minas, bancos e ferrovias; o trabalhador se

²⁷ A região denominada *Araucania* ou *La Frontera* foi incorporada gradualmente ao território chileno, num total de 333 anos até a incorporação de todas as áreas *mapuche*, fato este que serviu para afirmar a excepcionalidade tanto do autóctone chileno quanto das tropas espanholas que os subjugaram. É lugar comum pensar nos *araucanos* como uma “raça militar” que, junto aos espanhóis, transmitiram essa característica a seus descendentes mestiços. Ver: VILLALOBOS R., Sérgio. *La vida fronteriza en Chile*. Madrid: MAPFRE, 1992. p. 225-226; 237.

proletarizou, e organizaram-se associações operárias de caráter socialista e anarquista. Ou seja, com a modernização capitalista, iniciada com a expansão *salitrera*, houve o crescimento dos centros urbanos, a emergência de setores médios ligados às funções públicas e à educação, e a ocorrência de movimentos e agitações trabalhistas, elementos estes que, ao se conjugarem, geraram a necessidade de integração destes novos grupos sociais em ascensão, a fim de garantir a coesão nacional.

Neste marco de crise da ordem tradicional, inicia-se, com a *Generación Centenario*, a crítica nacionalista em torno da ineficiente modernização do país e os efeitos que isto acarretava para o conjunto da sociedade, em uma análise que aponta para a falta de espírito nacional da elite dirigente, por esta ter entregado o controle da economia a monopólios estrangeiros. Na perspectiva desse movimento nacionalista e de identificação, o século XX abre-se com o sentimento de decadência gerado pela perda do espírito de nacionalidade.

Numa situação considerada paradoxal pelos pensadores desse movimento, a vitória chilena na Guerra do Pacífico ocasionou a “perdição” da Nação, uma vez que a elite governante deixou de ser uma aristocracia dos melhores, convertendo-se numa classe abastada que ignora as virtudes públicas. A falta de moral das classes governantes propiciava a luta de classes, uma vez elas não terem sido capazes de responder com eficiência aos novos desafios sociais trazidos pela modernização econômica e social. A um passado de glória e virtude se opõe um presente em crise e um futuro incerto.

No Chile, no início do século XX, ocorre a tentativa de promover a modernização com a recuperação da identidade nacional: compreende-se que é de sua perda que derivam a incapacidade e debilidade do país em promover as mudanças sociais requeridas, ocasionadas tanto pela inserção do país no sistema capitalista mundial, quanto pela adoção do sistema parlamentar, com a conseqüente anulação da figura presidencial. O desenvolvimento econômico encontra-se, portanto, estreitamente vinculado a um estado “patológico”, devido à doença estrutural-funcional do “corpo” dirigente da Nação e do seu povo. Assim, neste diagnóstico feito no início do século XX, havia uma crise que, mais que econômica, era moral, e “mucho más relevantes aparecen cuestiones como la decadencia de la raza, la crisis moral o el tema de la nacionalidad,”²⁸ pois, a seu ver, a sociedade encontrava-se fragmentada devido ao individualismo e confrontos de classe, gerando a impossibilidade da coesão nacional.

Desse modo, ocorrem, nas primeiras décadas do século XX, duas reformulações da excepcionalidade chilena que, convergindo entre si em vários aspectos, propõem explicações e soluções para a decadência nacional, e que verificaremos a seguir: uma baseada nas aptidões da

²⁸ DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX: del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950)*. Tomo I. Buenos Aires: Biblos, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2000. p. 85.

raça; outra, na história política, reivindicando o autoritarismo estatal do estado portaliano.

2.1 Alternativas à decadência: a raza chilena

Um dos primeiros pensadores a propor uma solução racial para entender o país foi Nicolás Palacios, médico das zonas *salitreras*, que publicou, anonimamente,²⁹ em 1904, a obra *Raza Chilena: libro escrito por un chileno e para los chilenos*, na qual exalta o povo, condenando não só a adoção de modelos culturais estrangeiros, mas as próprias imigrações incentivadas no final do século XIX, por serem portadoras de elementos perturbadores do organismo social do Chile.

A maior preocupação de Palacios é a de provar sua teoria da existência de uma raça chilena própria e diferente das demais, constituindo a base da identidade nacional. Senén Palacios relata que seu irmão analisava as publicações da imprensa chilena dizendo que elas, se bem por um lado denunciavam a desmoralização e o desgoverno feitos pelos dirigentes do país, por outro faziam alusões aos *araucanos* como sendo uma “*horda de salvajes cobardes*”, somente secundados pelo “*roto inmundo y degenerado*”, na defesa de sua substituição por imigrantes estrangeiros. O argumento utilizado nessas publicações era o de que sobravam terras e faltavam braços, o que causava grande indignação em Nicolás Palacios, pois tanto as terras dos *araucanos*, tomadas pela força das armas, quanto os braços de milhares de chilenos expulsos dos campos e das minas, serviam aos imigrantes latinos que chegavam com doenças desconhecidas, como a lepra, a peste bubônica e o “anarquismo.”³⁰

A *raza*, em Palacios, não é entendida como puramente biológica: há toda uma psicologia própria a ela, sobre determinando sua cultura e costumes. A homogeneidade social é garantida pela mescla de duas raças – a araucana e a “gótica” –, uma vez que, devido às prolongadas guerras contra os indígenas “solo vinieron a nuestro país los individuos de la casta aventurera y belicosa de la península”,³¹ ou seja, os godos, que são *El Padre de la Raza*: embora os conquistadores tivessem vindo da Espanha, sua pátria de origem seria a costa do mar Báltico, fazendo com que descendessem diretamente dos godos conquistadores que tomaram o sul do continente europeu.

Palacios afirma que irá provar cientificamente que “el roto chileno és, pues, Araucano-Gótico”, constituindo-se em uma raça única no mundo inteiro, pois “el chileno legítimo no tiene

²⁹ Nicolás Palacios, que faleceu no ano de 1911, publicou *Raza Chilena* em 1904, contando com uma segunda edição póstuma no ano de 1918, na qual sua autoria é declarada na introdução feita por seu irmão, Senén Palacios.

³⁰ PALACIOS, Senén. Nicolás Palacios: recuerdos íntimos. In: PALACIOS, Nicolás. *Raza Chilena: libro escrito por un chileno e para los chilenos*. Dos tomos. 2. ed. Santiago de Chile: Editorial Chilena, 1918. p.24-25. Grifos no original.

³¹ PALACIOS, tomo 1, p. 36.

sangre latina en sus venas, por más que hable romance y lleve apellidos castellanos”.³² Esta raça, estando em perfeita comunhão de pensamentos e sentimentos, fornece a base étnica da nação, dando conteúdo à alma nacional, pois “todos sentimos y pensamos de idéntica manera en las cuestiones cardinales, sobre las que se apoyan y giran todas las demás, referentes a la familia o a la patria, a los deberes morales o cívicos: es uno mismo nuestro criterio moral y social”.³³

Portanto, contrariando as associações que igualam o branco à civilização, o negro e o índio à barbárie e o mestiço à degenerescência da raça, Nicolás Palacios faz a defesa da superioridade racial do *roto*³⁴ chileno, pois este, ao ter sangue “patriarcal”, e constituindo a “maioria do povo”, seria superior àqueles que estivessem contaminados com o sangue das raças latinas providas da imigração. Desse modo, à luta de classes opunha-se a unidade da raça, pois Palacios exalta as características dos trabalhadores das *salitreras*, com os quais mantinha contato permanente, por estes não partilharem das ideias anarquistas e socialistas, próprias de raças inferiores, fazendo sua defesa contra as acusações de que “estamos convirtiéndonos en socialistas peligrosos, condición moral, que no intelectual, tenida por la ciencia moderna como signo seguro de inferioridad étnica”.³⁵

O *roto* possui robustez de corpo e espírito, adapta-se espontaneamente à ordem militar, é obediente e possui o instinto de subordinação, respeitando a hierarquia social.³⁶ O autor esclarece que tudo isto é possível graças à obra de Diego Portales, político pertencente à classe dos gênios particulares chamados “homens de estado”, que têm como elementos que os diferenciam dos demais “el concepto elevadísimo de la justicia y como consecuencia el amor y protección al bueno, al ordenado, al sociable, y su tremenda severidad para el perturbador de la cooperación tranquila social o de la paz política”.³⁷

No entanto, Palacios não explica a nação pela obra política de Portales, pois este é visto como um representante da pura raça goda que não se corrompeu e desvirtuou como ocorreu com as elites chilenas, especialmente desde a vitória dos liberais, em 1861, e intensificando-se com a instituição do sistema parlamentar em 1891.

Eduardo Deves Valdés salienta a perspectiva identitária na obra de Palacios, assim como sua preocupação com a decadência nacional, causada, em grande parte, pelas atividades utilitaristas do comerciante estrangeiro, que, ao serem adotadas pelas classes dirigentes, minaram

³² Idem, p.35-36.

³³ PALACIOS, tomo 1, p. 37. As teses raciais de Palacios tiveram grande repercussão no nacional socialismo *criollo* no Chile, na década de 1930. Suas teses foram utilizadas como a demonstração científica de que os chilenos possuíam a superioridade da raça ariana. No entanto, Palacios exalta a miscigenação racial, e não sua pureza.

³⁴ *Roto*, na obra de Palacios, possui o significado de mestiço, não designando, como é feito de maneira usual no Chile, uma pessoa mal educada e de modos grosseiros, características estas vinculadas às classes baixas.

³⁵ PALACIOS, op. cit., tomo 1, p. 110.

³⁶ Idem, p. 282-283.

³⁷ Idem, 283-284.

as bases morais do Estado.³⁸ De fato, conforme Palacios, os godos olham os mercadores com desconfiança e menosprezo, sendo isto um traço típico de um povo guerreiro, e, se bem que os comerciantes chegaram ao país nos primeiros anos da conquista, eles “huyeron de Chile apenas se convencieron de que este no era país de negocios sino de batallas, que son cosas distintas”.³⁹

A imitação das atividades estrangeiras leva, portanto, à perda do sentimento de nacionalidade, influenciando o conjunto dos ideais harmônicos necessários para a conservação da alma nacional. Sofía Correa Sutil chama a atenção para esse aspecto, esclarecendo que a vinculação estabelecida por Palacios entre raça e nação não permite elementos exteriores, pois, estando a espécie humana formada por raças, estas se organizam politicamente em nações que são, necessariamente, diferentes e rivais umas das outras.⁴⁰ Nas palavras de Palacios:

Naciones que son seres superorgánicos de reciente formación, por lo que les es indispensable para conservar su existencia poseer el egoísmo del niño o de los seres inferiores; porque para la seguridad de su vida y de su progreso necesitan no depender de otras naciones en nada que sea indispensable a su existencia [...]. Incumbe a las naciones perfeccionar su individualidad, consolidar su independencia política y adquirir su emancipación económica. El egoísmo es tan necesario a las naciones como el instinto de conservación a los seres.⁴¹

A conservação da existência da nação pressupõe sua individualidade e autonomia, fatores estes identificados à unidade orgânica do povo, expressando-se no princípio aglutinador da identidade nacional. Trata-se, portanto, de uma homogeneidade que exclui a diversidade, com a identificação dos elementos indispensáveis à particularização nacional – língua nacional, religião, território, história pátria comum -, a qual é acrescentada o elemento racial.

Em Nicolás Palacios, trata-se da mestiçagem da raça chilena, salientando seus traços positivos e negativos, que tanto determinam as manifestações culturais como as materiais, conformando a *Alma de la Raza*: a sociedade é analisada como um organismo vivo determinado pelas características imanentes das raças fundadoras da nação; as raças latinas são fatores de degenerescência, uma vez romperem a unidade raça/nação.

Seguindo a tipologia feita por Palacios, Francisco Antonio Encina, tido como o mais influente historiador chileno do século XX, considera o elemento racial como um fator explicativo de grande importância no desenvolvimento econômico do Chile. As menções à inaptidão racial do povo já se encontram no seu ensaio de 1911, *Nuestra Inferioridad*

³⁸ DEVÉS VALDÉS, op. cit., p.87.

³⁹ PALACIOS, tomo 1, op. cit., p.207.

⁴⁰ CORREA SUTIL, Sofía. El pensamiento en el siglo XX bajo la sombra de Portales. In: TERÁN, Oscar (coord.). *Ideas en el siglo: intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004. p. 222.

⁴¹ PALACIOS, tomo 2, op. cit., p. 128. A sexta parte da obra intitula-se *Desigualdad mental de las razas humanas*, onde Palacios escreve: “La uniformidad mental de sus habitantes es condición indispensable al progreso de las naciones”.

Económica.⁴² Nele, o autor sustenta que o Chile, que no século XIX situava-se em primeiro lugar entre as nações latino-americanas, encontra-se em decadência devido à lentidão do processo econômico ocasionada pela perda do sentimento de nacionalidade, com sintomas que manifestam um verdadeiro estado patológico. Conforme Encina:

Entre los factores morales que más pesan en el desarrollo económico, ocupa el primer lugar el sentimiento de la nacionalidad; o sea, el egoísmo colectivo que impulsa a los pueblos a anteponer siempre el interés nacional y a perseguir, en sus relaciones con los demás, sólo la prosperidad y el engrandecimiento propios. Este sentimiento, que no es sino el instinto de conservación en las sociedades, ha decaído profundamente entre nosotros en los últimos treinta años.⁴³

Vê-se que, como em Palacios, o sentimento de nacionalidade interliga-se à diferença e rivalidade entre as nações, questão esta apontada por Eric Hobsbawm a propósito do paradoxo das nações modernas: se por um lado elas afirmam ser o oposto do novo, buscando suas origens nas mais remotas antiguidades, por outro, afirmam ser o oposto do construído, apresentando-se como comunidades humanas “naturais” que não necessitam de definições que não a defesa dos próprios interesses.⁴⁴

Buscando, no capítulo I, as *Manifestaciones de debilidad en nuestro organismo económico*, Encina conclui que isto não se deve, como usualmente é dito, a questões relativas ao regime monetário, aos maus hábitos do governo ou à política comercial, questões frívolas no seu entender. A causa primeira da debilidade é a de que:

Nuestra raza, en parte por herencia, en parte por el grado relativamente atrasado de su evolución y en parte por la detestable e inadecuada enseñanza que recibe, vigorosa en la guerra y medianamente apta en las faenas agrícolas, carece de todas las condiciones que exige la vida industrial. Nace de aquí una antinomia entre los elementos físicos tan inadecuados para la etapa industrial, y las aptitudes de la raza, apta para la agricultura e inepta para la actividad manufacturera y comercial.⁴⁵

Como salienta Sofia Correa Sutil, Encina, embora defenda a existência de uma raça especificamente chilena, diverge de Nicolás Palacios quando busca explicar as inaptidões econômicas da raça, pois, ao fazer isto, acrescenta aos elementos físicos e psíquicos, presentes nas análises de Palacios, uma dimensão histórica que permite situá-las em um determinado estado evolutivo.⁴⁶ Partindo deste pressuposto, Encina estabelece a ligação da influência racial

⁴² ENCINA, Francisco Antonio. *Nuestra inferioridad económica*. 5. ed. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1981 [1911].

⁴³ ENCINA, 1981, op. cit., p. 21-22.

⁴⁴ HOBBSAWM, Eric; TERENCE, Ranger. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 22.

⁴⁵ ENCINA, op. cit., 1981, p. 32-33.

⁴⁶ CORREA SUTIL, op. cit., p. 223.

sobre o desenvolvimento econômico do país, uma vez o “parasitismo” espanhol e araucano confluir no mestiço, figura síntese da conquista e em tudo diferente dos habitantes do entorno latino-americano. Este pensamento, que permeia todo o livro, se expressa de modo exemplar nesta passagem:

Se produjo así desde el principio una selección que duró casi todo el coloniaje, la cual, si no tuvo la exagerada trascendencia étnica que le atribuye Palacios, diferenció notablemente al colonizador de Chile, no sólo de la masa peninsular, sino también de los pobladores de los demás países hispanoamericanos. El *español* que suministró el aporte paterno de nuestra raza, fue más guerrero, más audaz y más enérgico, en una palabra, un elemento étnico mucho más próximo aun al tipo netamente militar [...] Como consecuencia de esta proximidad a la etapa militar, compartía el desprecio que todas las razas en el mismo estado social han profesado por los oficios manuales, por el comercio y por la actividad económica en general [...] Aún más acentuado era el desprecio por la actividad económica en el aporte materno. El *araucano*, que no había salido de la barbarie, no sólo tenía invencible repugnancia por el trabajo, sino que aún no había desenvuelto las aptitudes que lo hacen posible [...] El *mestizo* que forma el fondo étnico de la población actual, descende, pues, de progenitores cuya psicología económica era, todavía, rudimentaria.⁴⁷

Javier Pinedo, em sua análise de *Nuestra inferioridad económica*, salienta que é a imagem negativa que Encina tem do povo chileno (incluídas as vertentes hispânica, indígena e a mestiça), assim como a de sua incapacidade para assumir os desafios da modernização, que o leva a construir uma antropologia nacional que enfatiza os seguintes pontos: a existência de um país militar, agrícola e aristocrático, em tudo divergente do mercantil, burguês e moderno, e um povo constituído por indígenas atrasados e cheios de vícios que resistem à modernidade. Tudo isto leva a que a aristocracia castelhana-vasca – assim como os *criollos* e os setores populares – esteja incapacitada para assumir os desafios da modernização no Chile. Daí provém à necessidade de realizar reformas educacionais para criar as virtudes de um cidadão-empresário, a fim de sanar os defeitos raciais herdados do militarismo hispânico e da indolência *mapuche*, e, com isso, superar a incapacidade para enfrentar a modernidade.⁴⁸

Contudo, para Encina, a raça não é homogênea, pois as classes altas estão muito afastadas do povo, fator explicado pelo diferente grau de desenvolvimento dos conquistadores e dos conquistados. Os primeiros, mesmo que se tenham misturado com o indígena, por serem portadores de um estágio muito mais evoluído de civilização, terminaram ficando em um patamar muito acima dos demais. Nessa “antropologia nacional” feita pelo autor, em primeiro lugar, na escala evolutiva da raça chilena, estão os espanhóis puros, as elites originárias; em seguida vêm os mestiços, em condição desvantajosa devido à mistura de civilizações tão

⁴⁷ ENCINA, 1981, op. cit., p. 166-167. Grifos nossos.

⁴⁸ PINEDO, Javier. El pensamiento de los ensayistas y científicos sociales en los largos años 60 en Chile: los herederos de Francisco A. Encina. *Atenea*, Concepción, n. 492, II sem. 2005, p. 69-120. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp>.

diferentes entre si; por último está o índio puro, intocado pela civilização propiciada pelo sangue espanhol. São esses elementos raciais que ocasionam a sobredeterminação da raça, pois, seguindo uma evolução social obrigatória, as classes baixas, depois de efetuada a mestiçagem, continuaram em um grau muito ínfimo de civilização em comparação com os povos europeus, que evoluíram por bastante mais tempo do que os apenas três séculos e meio de convivência que produziram o mestiço. O mesmo ocorre com as classes altas, porque a miscigenação com a população indígena, ao corromper o elemento godo superior, ocasionou que sua ascensão na escala da evolução social tivesse que partir de níveis mais baixos, e isto, do ponto de vista econômico, é irreversível.⁴⁹

Ou seja, as características da evolução cultural das raças originárias, explicando o atraso do Chile em relação aos países europeus, promovem, também, uma hierarquia evolutiva transposta ao interior da sociedade, escalonando-a em segmentos diferenciados “naturalmente”. Isto ocorre mesmo que os mestiços chilenos sejam aparentados da raça dos godos, e não dos mercadores, o que influencia, necessariamente, seu caráter e temperamento. Encina, coincidindo com Nicolás Palacios acerca da influência nefasta dos mercadores, enfatiza que no Chile, diferentemente do restante dos países de colonização espanhola, o elemento godo, dotado de iniciativa militar, caráter expansivo e aventureiro, se manteve em número superior até o século XVIII, devido à guerra de Arauco, mantendo, dessa forma, a seleção racial da época da conquista.⁵⁰

Infere-se disto que, devido às lutas prolongadas entre espanhóis e *mapuche* terem possibilitado a manutenção de uma raça com características superiores às demais, isto tenha que ser extensivo às forças militares chilenas – os “prussianos” da América Latina –, naturalizando e reforçando a exclusão dos bolivianos e peruanos, com seus exércitos formados majoritariamente de “índios”, desta hierarquia racial. Portanto, é um escalonamento que se estende, também, aos países vizinhos: a superioridade das classes populares chilenas advém de elas possuírem, mesmo que em proporções infinitamente menores, o puro sangue germano; a dos *mapuches* resulta do caráter valoroso do autóctone chileno, em nada semelhante aos nativos das outras regiões, pois em nenhuma delas ocorreu uma resistência ao colonizador que durou mais de três séculos. Por outro lado, na organização social interna, os setores populares são os que contêm os traços mais negativos da mestiçagem, uma vez possuírem maior percentual de sangue indígena, em oposição à composição racial superior das classes altas. Paralelamente a esta perspectiva, há o entendimento da sociedade como um organismo vivo, com uma alma que está enferma: para Palacios, devido ao elemento estrangeiro, com o sangue corrompido trazido pelas imigrações;

⁴⁹ ENCINA, 1981, op. cit., p. 85; 98-99.

⁵⁰ ENCINA, Francisco Antonio. *La Literatura Histórica Chilena y el Concepto Actual de Historia*. Santiago de Chile: Imprenta Universitaria, 1997 [1934]. p. 48-49.

para Encina, conforme suas palavras, o estado orgânico de inferioridade econômica do país é produto da miséria fisiológica, pois esta contamina o próprio organismo nacional em seus dois fatores fundamentais: território e raça.⁵¹

No capítulo IV de *Nuestra Inferioridad Económica*, destinado ao estudo da *Psicología económica del pueblo chileno*, Encina esclarece que isto só pode ser feito tomando por paradigma as classes altas, por serem elas que dominam o presente e modelam o futuro, acrescentando que são os elementos sociais superiores os que têm um papel decisivo, devido ao seu alto grau de civilização. Apesar de as camadas populares constituírem o “grueso fondo social”, a “fuente más pura”, devido a estar contaminadas em menor medida com ideias e alheios à idiosincrasia nacional,⁵² a grande massa da população se encontra em uma evolução rudimentar, num retrocesso geral do grau de civilização, fatores que incidem diretamente nas iniciativas econômicas:

En cuanto se sustrae al control y al contacto de los elementos sociales superiores más civilizados que él, el campesino cargado de sangre araucana descende en moralidad, en cultura y en todo lo que constituye la civilización. Se hace perezoso, aventurero y ladrón. Pierde toda iniciativa económica, desperdicia su actividad, lleva la incertidumbre a los contornos; y, lugar de aumentar el rendimiento económico lo disminuye, directamente, con su menor esfuerzo e indirectamente con las perturbaciones que lleva a las comarcas vecinas.⁵³

Saindo do âmbito especificamente rural, o autor prossegue sua argumentação detectando um mal que é estendido a todos os trabalhadores: “el empleado chileno, en general, no percibe con claridad que el éxito de su patrón es su propio éxito”. Ou seja, o patrão, por ter superiores faculdades naturais, como honra e competência, galga posições cada vez mais avançadas na escala produtiva, fator que deveria servir de exemplo ao empregado. No entanto, este se limita a cumprir suas obrigações somente para não ser dispensado, não usando toda a sua iniciativa, e faltando aos seus deveres sempre que não corra o risco de ser surpreendido pelo patrão.⁵⁴ Fatores estes que fazem Encina chegar à conclusão de que, apesar de a “matéria-prima” ser de primeira ordem, pois o *obrero* chileno possui enorme resistência e força física, seu grau de evolução não o permite obter o rendimento do qual é capaz. Aqui, é retomado o círculo vicioso que encerra a fatalidade das classes populares: o sangue araucano, ao circular em grande quantidade nas veias dos *obreros*, faz com que eles só trabalhem devido às suas necessidades e quando são influenciados pelos elementos mais civilizados que o cercam, revelando que a repugnância do

⁵¹ ENCINA, 1981, op. cit., p. 27.

⁵² ENCINA, 1981, op. cit., p. 55.

⁵³ Idem, p. 75-76.

⁵⁴ Idem, p. 76-77.

índio pelo trabalho manual encontra-se intacta no fundo de seu ser.⁵⁵

Portanto, tanto em Encina quanto em Palácios, a nação, ao se equiparar à raça, possui uma alma própria e unívoca, não admitindo conflitos, mas, sim, coesão social. Para Nicolás Palacios “la transmisión hereditaria de las funciones cerebrales propias de cada raza explica esa persistencia del alma étnica”,⁵⁶ onde as mudanças, apesar de poderem ocorrer, se dão muito lentamente, derivando de processos de seleção natural. Encina, por seu lado, ressalta as diferenças existentes nas sociedades, expressas pelo seu grau de desenvolvimento e pela alma nacional própria a cada uma delas: “esas colectividades están anidadas de almas que nacen, se desarrollan y se modifican *independientemente* del alma de los individuos que las componen”.⁵⁷ Essas constatações, ocorrendo paralelamente à complexidade crescente da sociedade chilena no início do século XX, corroboram os argumentos de Encina quanto a uma educação que, sendo uma mera cópia de modelos estrangeiros, debilita as forças da alma nacional, uma vez estas tenderem à imitação de ideologias forâneas completamente divergentes às determinações da singularidade da *raza chilena*.

Neste ponto, é importante reter as considerações de Eduardo Devés Valdés acerca da mestiçagem, pois esta, a seu ver, permitiu, por meio da introdução de teorias explicativas e projetivas, repensar a história, a cultura e a política de maneira mais variada e complexa, o que não significa que isto tenha sido, em todos os sentidos, melhor.⁵⁸ No caso do Chile, na virada do século XIX, a *raza chilena* relaciona-se diretamente com a tensão existente entre modernidade e identidade: para atingir o progresso material, há que sair, inevitavelmente, da “infância mental”⁵⁹ e do atraso cultural, olhando, a partir de um presente decadente, para um “ontem” glorioso, visando um futuro que permita retomar a grandiosidade perdida.

2.2 Alternativas à decadência: a recuperação do Estado Portaliano

O Estado portaliano pode ser entendido como um mito de legitimação de processos políticos autoritários, constituindo-se na acepção específica de “mito mistificador”, no sentido atribuído a este conceito por Miguel Rojas Mix, quando se refere à função que ele cumpre na sociedade: neste caso, é uma mistificação pelo seu caráter tendencioso, pois visa à formação de uma tradição para controlar a conduta dos indivíduos.⁶⁰ Desse modo, trata-se de uma prática com

⁵⁵ Idem, p. 85-86. Salienta-se que Encina utiliza o termo *obrero* para designar todos que praticam um trabalho manual.

⁵⁶ PALACIOS, tomo 2, op. cit., p. 70.

⁵⁷ ENCINA, 1981, op. cit., p. 150. Grifos nossos.

⁵⁸ DEVÉS VALDÉS, 2000, op. cit., p. 308-309.

⁵⁹ Termo utilizado por Encina para se referir à necessidade dos povos em simbolizar sua história em deuses, heróis ou caudilhos. Ver: ENCINA, 1997, op. cit., p. 277.

⁶⁰ ROJAS MIX, Miguel. *El dios de Pinochet: fisionomía del fascismo iberoamericano*. Buenos Aires: Prometeo, 2007. p. 33-36.

caráter apologético que dá uma legitimação constante e reiterada ao pensamento autoritário, a fim de ampliar sua base de sustentação. Ao não se tratar de fabulações imaginadas, se utiliza de temas, valores e preceitos já existentes no pensamento hegemônico, que circulam pelo tecido social como um elemento “natural”, como a ideia de patriotismo e hierarquia social. Daí a importância da recuperação da figura histórica do “pai fundador” que deu as bases para fazer do Chile o país de maior êxito e brilho das ex-colônias espanholas, uma vez ele haver sido o responsável por devolver ao país a estabilidade política que havia sido perdida após a Independência, acabando com a anarquia e consolidando as instituições.

De acordo com Javier Pinedo, o pensamento conservador tem uma longa tradição no Chile, estruturando-se ideologicamente em torno a oposições – tradição/liberalismo, catolicismo/laicismo, nacionalismo/internacionalismo, ordem social/democracia – que se expressam em maior ou menor grau de acordo com os princípios doutrinários que sustentam. No entanto, o ponto comum seria a defesa de uma identidade nacional tradicional e essencial, onde figuras como as de Diego Portales representam um sistema que assegura a ordem social colonial, o presidencialismo autoritário e a aristocracia castelhano-vasca.⁶¹

Nesse sentido, Alberto Edwards – advogado, político e escritor chileno – e Francisco Antonio Encina foram os principais responsáveis pelo “renascimento” e consolidação do mito de Diego Portales, enquanto promotor da autoridade estatal que se impôs às elites, uma vez ambos serem críticos ferrenhos à anulação da figura presidencial ocorrida no período parlamentar.⁶² Decorrente disto, num primeiro momento defenderam que a solução da “cura” da nação seria o abandono do liberalismo parlamentar decimônico, com o restabelecimento de políticas que contassem com uma maior intervenção do Estado, o que ocorreu com a Constituição de 1925. Posteriormente, suas preocupações se voltaram para a crescente polarização social, fruto da mudança das forças políticas: com o crescimento do Partido Comunista, fundado em 1922, e o estabelecimento, em 1932, do Partido Socialista, além das propostas corporativistas sociais e estatais, as elites, agrupadas nos Partidos Conservador e Liberal, buscavam a concentração de autoridade no governo para reprimir a rebelião das massas, tentando preservar seu poder econômico e social.

Diante disto, Encina e Edwards, ao realizarem uma interpretação do passado nacional que era ensinada aos chilenos por meio do sistema educacional,⁶³ podem ser inseridos nas

⁶¹ PINEDO, Javier. Conservadores chilenos y su oposición a las reformas neoliberales de Pinochet. *Estudios interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, v. 13, n.1, enero-junio 2002, p. 4. Disponível em: http://www.tau.ac.il/eial/XII_1/pinedo.html.

⁶² A república parlamentarista vigorou no Chile de 1891 a 1925, ano este em que foi promulgada a Constituição de 1925, restabelecendo o regime presidencial.

⁶³ Especialmente no que toca a Encina, pois à obra *Nuestra inferioridad económica* seguiu-se, em 1912, *La educación económica y el liceo*, ambos vinculados ao Congresso Pedagógico de 1912, que trouxe renovações educacionais importantes. Porém, foi sua *Historia de Chile desde la Prehistoria hasta 1891* em vinte volumes,

constatações de Eric Hobsbawm acerca do papel dos intelectuais no restabelecimento do “passado de um povo”. Resgatando “o que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo”,⁶⁴ forjaram um mito nacional potente e eficaz, ancorado na história da estabilidade política e prosperidade econômica atribuídas a Diego Portales, reivindicando o autoritarismo estatal de meados do século XIX.

Francisco Antonio Encina mostra-se convicto de que o fato de o Chile ter conseguido consolidar a independência econômica e política deu-se graças a “don Diego Portales, la más alta expresión del genio político de nuestra raza”,⁶⁵ o que diferencia o país, tanto em qualidade quanto em superioridade, do restante da América Hispânica, vista como um continente convulso e sem estrutura política. No entanto, com a chegada dos liberais ao poder, estabelecendo-se a dependência junto à Europa e aos Estados Unidos, o autor detecta a diminuição da importância e superioridade chilena em relação aos países vizinhos. Para ele, isto ocorreria devido à decadência do espírito empresarial nacional e à entrega do país às grandes empresas estrangeiras, com a busca incessante do desenvolvimento “para fora”, baseado fundamentalmente nas exportações de minerais: “Chile ocupó años atrás una posición más espectable que hoy. Era menor la distancia que le separaba del Brasil, la Argentina no le había sobrepasado, y se divisaba más distante la posibilidad de que las demás repúblicas llegaran a nivelarse con él”.⁶⁶

Para fazer frente a esta situação, Encina postulava a volta de uma política nacionalista que protegesse a economia chilena, livrando o país da anarquia liberal do *laissez-faire*, responsável pelo aprofundamento das divisões sociais geradas pela ganância de uma aristocracia descomprometida com os interesses nacionais. Portanto, a solução seria retornar ao período, visto por Encina, como sendo o de maior evolução histórica do Chile, ou seja, o período de governo de Diego Portales. O Ministro, com os valores de sua alma e de seu gênio, teria sido o responsável pela criação de um *Estado en Forma*,⁶⁷ não tendo a elite política participado deste processo, dado seu caráter guerreiro e libertário, avesso à centralização e à ordem – isto é, devido ao seu caráter racial.

Para Encina, Portales transpassou sua própria alma à nação após a independência, substituindo a anteriormente existente – “La república necesita un alma, en reemplazo del alma

publicada entre 1940 e 1952, a que exerceu maior influência nos diferentes setores educacionais e intelectuais chilenos. Alberto Edwards, por sua vez, foi Ministro da Educação, de outubro de 1930 a maio de 1931, no primeiro governo de Ibañez del Campo.

⁶⁴ HOBBSAWM, op. cit., p. 21.

⁶⁵ ENCINA, 1981, op. cit., p. 190.

⁶⁶ ENCINA, 1981, op. cit., p. 196.

⁶⁷ Encina utiliza a adaptação de Alberto Edwards do conceito de Oswald Spengler de “Estar em Forma”, que indica a alma “própria”, particular, das culturas e povos, e não a alma do Estado. Para Spengler, está-se “em forma” politicamente quando as experiências do passado se tornam forças espirituais que sobrevivem ao tempo, conformando a alma coletiva de um povo ou cultura. Isto propiciaria a organização humana em um Estado, onde a coesão social eliminaria os antagonismos de classe.

colonial que murió” –, não se tratando, portanto, da perpetuação hereditária da essência do período colonial. A solução de Encina encontra-se nas características intuitivas da alma “única” do Ministro, pois somente Portales foi capaz de pressentir que “hay que crearla por sugestión: hay que sembrar, que entrañar en los ciudadanos los gérmenes. De ello, surgirán sentimientos, aspiraciones y deberes cívicos, que entrelazándose tejerán la nueva alma nacional.”⁶⁸

Desenvolvendo sua argumentação, Encina acerca-se da legitimação do poder autoritário do “homem forte”, pois essa percepção intuitiva de Portales sobre a realidade e as necessidades do país, sendo infalível, legitima sua imposição sobre a sociedade, mesmo que esta, em sua “infância mental”, não a entenda ou aceite. Como salienta Sofia Correa Sutil, Encina efetua a sacralização do autoritarismo estatal ao referir-se à obra política de Diego Portales como “una religión de gobierno, una fe y un culto laico, cuyos mandamientos eran el *patriotismo*, la abnegación cívica, la justicia, el *orden*, el respeto inflexible a las *leyes* y la seriedad y decencia en todos los actos públicos”.⁶⁹

Estas características reafirmam as convicções laicas de Encina e as exigências de um governo forte e centralizador para garantir a coesão social frente ao “aumento de la sensibilidad cerebral para las rachas ideológicas y sentimentales”, devidas, em grande parte, à “ruptura del lazo (la sugestión místico-política) con que unio Portales estos elementos de sangres y caracteres antagónicos”.⁷⁰ Ou seja, para retomar as condições que propiciaram a excepcionalidade chilena, haveria que não se desviar do ideal político portaliano, fortemente autoritário, uma vez ser este o “desejo” da alma coletiva da Nação, expressa no *Estado en Forma*: equalizando patriotismo à ordem e respeito às leis, Encina estabelece as virtudes necessárias para a obtenção da liberdade, democracia e participação política. No entanto, tudo isto pode e deve ser postergado caso os cidadãos não adquiram as qualidades morais indispensáveis para manter o hábito de obediência às leis, demonstrando as preocupações do autor com as crescentes demandas políticas e sociais empreendidas pelos setores médios e as classes populares.

Trata-se, portanto, de estabelecer os limites da liberdade e da participação política tomando a fórmula de “ontem” de Portales, pelo “hoje” do autor, ator e espectador de seu tempo:

[...] hay en la concepción portaliana un elemento sugerido por la visión directa de la realidad: la convicción de que en el grado actual de desarrollo mental y de aptitud política, los pueblos americanos son incapaces de gobernarse a sí mismos democráticamente. [...] Y sin entrar en disquisiciones de ninguna especie, afirma el derecho del gobierno a pensar y a sentir por los que no son capaces de pensar ni de sentir; y este derecho debe ejercitarse “por el resorte principal de la máquina”, que, en su creación, es el poder ejecutivo, ligeramente

⁶⁸ ENCINA apud CORREA SUTIL, 2004, op. cit., p. 235-236. O livro de Encina, citado por esta autora, é *Portales: introducción a la historia de la época de Diego Portales (1830-1891)*, do ano de 1934.

⁶⁹ Idem, p. 237. Grifos nossos.

⁷⁰ ENCINA, 1997, op. cit., p. 151.

regulado por el congreso y por el poder judicial.⁷¹

Ressalta-se que o estado autoritário, para Encina, deveria ser liberal no plano econômico, intervindo somente nas tarefas essenciais à livre iniciativa individual, pois o trabalho disciplinado, aliado à ordem social e política, traria, necessariamente, vigor ao sistema produtivo, proporcionando as bases para o Chile retomar sua preponderância no cenário latino-americano. E como Diego Portales defendia a violação da Constituição a fim de salvaguardar interesses maiores, esta prescrição é adotada por Encina a fim de legitimar o uso da força quando estivessem em jogo os “interesses nacionais”.

O Estado portaliano, sendo um ente impessoal que está acima de princípios morais, liga-se às virtudes cívicas dos cidadãos, estabelecendo um elo indissolúvel entre estes e seus deveres para com o Estado. Deveres estes que Encina especifica como sendo restritos aos cidadãos:

El ciudadano debe al Estado, ante todo, el orden, el acatamiento a los poderes constituídos y el respeto a las leyes ... le debe, en seguida, brazo militar, no sólo para defender una causa justa, sino también para imponer, cuando el interés nacional lo exija, soluciones necesarias al desarrollo futuro ... le debe, por último, esfuerzo, trabajo físico e intelectual, actividad creadora de riquezas y de fuerzas intelectuales y morales [...] En cambio, el individuo nada debe pedir directamente al Estado ... el Estado, en Portales, no es un refugio de incapaces o de perezosos; no es un órgano de despojo del apto en beneficio del inepto... en lo moral, debe contentarse con el orgullo de ser ciudadano de un pueblo sano, fuerte, respetable y respetado.⁷²

A questão do orgulho nacional vincula-se ao gênio de Portales, ao sentimento antilatino-americano e à necessidade do “homem forte”, em uma dialética argumentativa que os identifica um ao outro. O caráter grandioso de Portales é exaltado por um fato que se acredita perdido: ele foi capaz de dar as bases para fazer do Chile a colônia mais brilhante do império espanhol no continente sul-americano. Isto porque, apesar do relativo isolamento e do contato escasso com a Europa, a nação se desenvolveu com rapidez, resguardando a herança da época colonial, fenômeno este “hasta hoy no explicado de que, habiendo sido nosotros la más atrasada de las colonias, hayamos moldeado un alma definida y propia antes que los demás pueblos hispanoamericanos, débese principalmente al aislamiento colonial”.⁷³

Portanto, para Encina trata-se, como salienta Javier Pinedo, de manter o Chile isolado de influências estrangeiras, primando por uma economia industrial própria, com medidas drásticas de proteção à indústria nacional, assim como a reorganização do sistema educacional, fatores que possibilitariam sair da *inferioridad económica*. Centrando-se na ideia do governo forte e nacionalista que produziu o desenvolvimento econômico em um país pobre e afastado de todos,

⁷¹ ENCINA apud CORREA SUTIL, op. cit., p. 238-239. Grifos nossos.

⁷² ENCINA apud CORREA SUTIL, op. cit., p. 239-240.

⁷³ ENCINA, 1981, op. cit., p. 188. Também nas páginas 121; 122; 139; 159; desta mesma obra, Encina enaltece o isolamento chileno dos demais países latino-americanos.

há a valorização dos preceitos de tipo portaliano: “Un país aislado del contexto latinoamericano que debe mirar a sus vecinos con desconfianza [...] los problemas de Chile son de exclusiva responsabilidad de la voluntad de los chilenos”.⁷⁴

Isto porque, se por um lado há o entendimento de que o homem chileno é guerreiro, e não industrial, por outro existe Diego Portales, que fez o Chile passar do guerreiro para o cívico, por meio da submissão ao poder forte responsável pela legalidade, hierarquia e disciplina, com uma ordem sólida onde não há espaço para revoluções sociais. Ou seja, a concepção de Estado como organismo vivo, dotado de alma própria, existindo por sob os grupos sociais. Estamos diante da gênese da imagem de um país aguerrido, estruturado e superior, fundamentando a adesão a um “homem forte”, uma autoridade unipessoal, onde o nacionalismo é radicalmente oposto ao latino-americanismo.

Portanto, o que se depreende é a constante divisão ideológica entre liberais e conservadores no século XIX, confrontação esta que será transposta, na obra de Encina, nas divergências políticas de seu próprio tempo. Como adverte Pinedo, existem dois países e, conseqüentemente, há uma dupla identidade nacional: o mundo popular, mestiço, rural, ligado à falta de educação e direção da elite, exprime a preocupação com setores que se faziam presentes, cada vez mais, na realidade social e política. No lado oposto, existe um Chile que progride em paz e ordem social, modelo de conduta para a América Latina, vinculado à ordem burguesa, à superioridade racial do branco conquistador e ao estado portaliano centralizador e autoritário.⁷⁵

Partilhando com Encina a opinião de que a melhor época da história republicana foi o período dos governos conservadores, Alberto Edwards centra-se na figura de Portales como sendo um estadista de gênio, impulsionando o princípio de autoridade que terá, como maior consequência, a instalação da ordem e do progresso. Fatores estes que, infelizmente, não condizem com a realidade do século XX.

Crítico do sistema parlamentar, Edwards escreveu, em 1927, uma série de artigos jornalísticos que foram publicados, em 1928, sob a forma de um livro – *La Fronda Aristocrática en Chile* –, no qual tece severas críticas ao “terceiro setor”, isto é, à presença dos setores médios no governo, representados pelo Partido Radical.

Livro escrito em estilo de ensaio propõe uma mudança drástica no panorama político, periodizando a história do Chile republicano a fim de explicar o porquê de sua decadência: um primeiro período de 1830 a 1860, em que se governa sob os partidos, não estando a oligarquia dividida, e dando seu apoio a governos fortes por temer a anarquia; um segundo, de 1860 a 1890, em que a autoridade presidencial possui um equilíbrio, nem sempre estável, dos círculos que a

⁷⁴ PINEDO, 2005, p. 81-86.

⁷⁵ PINEDO, 2005, p. 111.

apoiam, compartilhando o governo com a oligarquia agora agrupada em partidos formais; por último, de 1890 a 1920, período clássico da oligarquia parlamentar, no qual a autoridade presidencial quase desaparece, estando os partidos sozinhos no governo,⁷⁶ primando os aspectos de individualismo e espírito de rebeldia. Ou seja, a fronda acabou triunfando, fatalmente, com o Parlamentarismo.

Dizemos fatalmente porque, para Edwards, isto faria parte de uma evolução “natural”, produto de uma “lei” histórica, dado o estado de decadência ser inevitável às civilizações: “La revolución de 1891 como conflicto armado, fue un hecho accidental: el cambio que ella trajo, de todas maneras se habría producido”, porque, com ou sem guerra civil, a aristocracia amedrontada, que havia aceitado a reação autoritária de Portales, não poderia conter “sus instintos vizcaínos de independencia, sus hábitos feudales de dominación”,⁷⁷ sendo o poder oligárquico o único capaz de lutar “contra la tradición monárquica, heredada de la colonia y que Portales restauró”.⁷⁸

Para Edwards, a nação é um organismo vivo que, além de uma alma própria, possui um decorrer necessário marcado por um ciclo vital que inevitavelmente tem que ocorrer. Isto é, Edwards une “alma” à realidade histórica da Nação, identificando esta última a um conjunto de expressões culturais enraizadas na consciência popular. Assim, há a identificação entre país/povo/ governo: o país, ao tornar-se sinônimo de povo, é dotado de uma alma nacional expressa em um Estado condutor dessa alma, cabendo aos indivíduos a obediência a um governo abstrato, imaterial e eterno.

Trata-se, portanto, para Edwards, de uma luta constante entre o estado autoritário despersonalizado e a aristocracia de espírito frondista, que vê neste estado centralizador um entrave aos seus interesses, porém a ele se submetendo a fim de assegurar a estabilidade das instituições e a ordem pública.

Porém, a “alma” aristocrática é contraditória, é Dom Quixote e Sancho Pança ao mesmo tempo, diz Edwards: por um lado, tem sentimentos burgueses, respeitando a ordem, a estabilidade, as leis, a disciplina e a hierarquia; por outro, é feudal, aspirando à dominação oligárquica, com lutas livres e ambiciosas,⁷⁹ fazendo com que exista na aristocracia da época da Independência, depois submetida a Diego Portales, uma ânsia de poder e dominação. É justamente pelo fato do estado portaliano ter respeitado seus interesses, que ele triunfou sobre o

⁷⁶ EDWARDS, Alberto. *La fronda aristocrática en Chile*. Santiago de Chile: Imprenta Nacional, 1928. p. 120.

⁷⁷ Idem, p. 169.

⁷⁸ Idem, p. 170. Edwards é adepto do elemento racial como um fator decisivo na constituição do caráter frondista chileno, sendo este um traço de originalidade quanto às outras elites latino-americanas, pois “los vascos y navarros trajeron también a nuestra aristocracia un espíritu casi selvático de libertad y fronda”, existindo um verdadeiro contraste psicológico entre a velha classe dirigente do Chile e a massa da Nação. Idem, p. 11.

⁷⁹ EDWARDS, op. cit., p. 56.

espírito frondista, “ganando su corazón, tan difícil de ganar,”⁸⁰ mas esta mesma aristocracia, com seus “intelectuais batalhadores”, retiraram seu apoio do estado autoritário, fazendo o possível para debilitá-lo. Propondo-se à realização completa do liberalismo “espiritual”, esses ideólogos, avessos tanto à tradição quanto à religião, propugnaram a vontade popular como base da República, agora livre das amarras espirituais que a ligavam à Igreja, à autoridade tradicional, ao sentimento hierárquico, em suma, aos vestígios coloniais.⁸¹ Fatores estes que culminaram em 1920, com a vitória nas eleições presidenciais de Arturo Alessandri Palma, apoiado pelos setores médios e pelas classes populares, constituindo, para Edwards, a derrubada definitiva da ordem republicana, dado o espírito de rebelião não mais provir da rebeldia aristocrática contra o poder, mas de um eleitorado mesocrata, indiferente às exigências da alma nacional.

Para Edwards, isto iria de encontro à verdadeira essência da aristocracia chilena, uma vez esta haver herdado do Chile colonial seus valores espirituais, constituindo uma “essência” transmitida a toda a nação, conforme a concepção deste autor dos acontecimentos históricos como derivações de uma alma que vive e se transforma. Esta bagagem espiritual proporcionou a obediência das massas, que, após a Independência, seguiram a aristocracia como uma “*masa inerte*”, pois nelas estava inculcado o costume de obedecer. Situação bem diversa, portanto, do ponto de vista do autor, de sua época contemporânea, fazendo-o lançar sua crítica à estreiteza de visão do governo por este não perceber que, na década de 1920, deixou de existir algo muito profundo e fundamental, que é “la obediencia pasiva de la masa del país ante los antiguos círculos oligárquicos”.⁸²

Edwards retoma, neste ponto, as ideias de Portales, pois esta sujeição deve-se àquilo que o Ministro denominou como sendo *el peso de la noche*, constituindo-se no espírito colonial de obediência passiva e disciplina hierárquica, que subsistiram após a Independência como forças espirituais ainda vivas, fundamentando a construção do governo portaliano em 1830.

Este vigor da herança colonial explica-se, por um lado, pelo isolamento e atraso da ex-colônia espanhola, propiciando a que o Chile avance menos no caminho da decomposição de sua alma histórica.⁸³ Por outro lado, essa força espiritual, embora fosse uma tradição formada no decorrer dos séculos, transformando-se sucessivamente, mas encontrando-se viva em sua essência, possibilitou que o respeito à ordem e à legitimidade constitucional não dependessem de leis escritas nem do princípio ideológico da soberania nacional, mas do caráter, acima de

⁸⁰ Idem, p. 57.

⁸¹ Idem, p. 123.

⁸² EDWARDS, op. cit., p. 233.

⁸³ Idem, p. 59. Edwards, p. 304, utilizando as palavras de Portales, sustenta que o *peso de la noche* conservou o Chile como uma comunidade diferente, submissa e disciplinada, com respeito ao poder e às hierarquias sociais, fazendo com que os chilenos tenham sido os “ingleses” da América Latina.

qualquer jurisdição, que subsiste no *peso de la noche*.⁸⁴ Isto foi intuído por Portales, responsável pela criação, no Chile, de um *Estado en Forma*, que só foi possível devido à existência dessas forças espirituais, diferenciando este país do seu entorno latino-americano. Segundo Edwards, o *Estado en Forma*:

[...] implica no sólo la sucesión regular del Gobierno conforme a un orden jurídico o histórico, sino también la existencia en la sociedad de sentimientos hereditarios, de fuerzas espirituales superiores que constituyen al Estado en un ser viviente orgánico, provisto de alma colectiva.⁸⁵

Para Edwards, o pressentimento de Portales resulta de ele ter sabido intuir genialmente o “destino”⁸⁶ do Chile, partindo de uma ideia simples e inspiradora, como se depreende de sua descrição da obra do Ministro:

La obra de Portales fué la restauración de un hecho y un sentimiento, que habían servido de base al orden público, durante la paz octaviana de los tres siglos de la colonia: el hecho, era la existencia de un Poder fuerte e duradero, superior al prestigio de un caudillo o a la fuerza de una facción; el sentimiento era el respeto tradicional por la autoridad en abstracto, por el Poder legítimamente establecido con independencia de quienes lo ejercían. Su idea era nueva de puro vieja: lo que hizo fué restaurar material y moralmente la monarquía, no en su principio dinástico, que ello habría sido ridículo o imposible, sino en sus fundamentos espirituales como fuerza conservadora del orden y de las instituciones.⁸⁷

Trata-se, portanto, da restauração monárquica sob moldes republicanos, implicando um poder impessoal sobre os personalismos caudilhescos, com um Estado pairando sob os grupos sociais. O exercício deste poder dá-se mediante àquilo que Edwards denomina como *el resorte principal de la máquina*, caracterizado pela “autoridad tradicional, el Gobierno obedecido, fuerte, respetable y respetado, eterno, inmutable, superior a los partidos y a los prestigios personales”.⁸⁸ Edwards adverte que os povos emancipados, ao invés de estarem submetidos à razão, deixam-se dominar por egoísmos individuais, e sua dispersão somente pode ser evitada mantendo-os na obediência pela força, salientando que “la libertad, por si misma, es incapaz de organizar nada, es lo contrario de la organización”.⁸⁹

Depreende-se disto que, sendo este poder imutável e eterno, a soberania popular implicada no sistema republicano tem, necessariamente, que ser limitada: acaso se volte contra a “alma nacional”, que existe independentemente do conjunto social, é legítimo que o governo seja

⁸⁴ Idem, p. 236.

⁸⁵ Idem, p. 58.

⁸⁶ Cristián Gazmuri salienta que “destino” é entendido, por Edwards, como sendo aquilo que, na história, resulta natural, adequado, próprio, certo, em um dado momento histórico. Ver, desse autor, “Alberto Edwards y la Fronda Aristocrática”. *Historia*, Santiago de Chile, Pontificia Universidad Católica, v. 1, n. 37, enero-junio 2004, p. 61-95. p. 90. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php>.

⁸⁷ EDWARDS, op. cit., p. 39.

⁸⁸ Idem, p. 40. Grifos nossos.

⁸⁹ Idem, p. 236.

autoritário ou mesmo ditatorial, conformando-se esta atitude, de acordo com Portales, como necessária devido a circunstâncias “excepcionais”.

A convergência do pensamento de Encina com o de Edwards é flagrante, pois ambos empenham-se na manutenção da coesão social frente ao desafio das forças de esquerda. No entanto, enquanto para Encina o *Estado en Forma* surge inteiramente da alma de Portales, em Edwards esta criação se dá em função das forças coloniais “despertadas” pela ação do Ministro.⁹⁰ Do mesmo modo, Alfredo Jocelyn-Holt coloca a questão de Encina ser presidencialista autoritário, mas não antioligárquico, tendo uma ideia positiva da elite dirigente tradicional, distanciando-se, nesse ponto, de Edwards e seu discurso antifrontista, embora ambos compartilhem uma postura antipartidária.⁹¹

Encina, identificando ordem estatal à grandeza nacional, e Edwards, igualando “alma nacional” a “forças espirituais”, foram os responsáveis pela consolidação de um dos mitos políticos mais poderosos para a sustentação dos governos autoritários, legitimando a permanência das hierarquias “naturais” da sociedade. O presente, valendo-se de um passado que não pode ser destruído, o utiliza para legalizar e justificar a mística da obediência, neutralizando todo conflito social ou ideológico. O Estado portaliano, “impessoal” e “apolítico”, torna-se o modelo ideal de um ente que, pairando acima dos conflitos sociais, não pode representar os embates dos diferentes setores da nação, uma vez ser definido em função de forças espirituais de submissão social e política. A existência de uma alma nacional, explicada tanto pelas aptidões raciais quanto pela história política do país, permite a identificação de um país diferente e fechado em si mesmo, antilatino-americano. A existência de classes populares incapazes de progredirem por si próprias justifica e explica o desprezo a elas voltado, sendo encarados como agentes contaminadores da raça e do território, elementos constitutivos do cerne da alma nacional. O mito portaliano fica plasmado, então, na figura do grande homem que salva a nação da anarquia, a do político intuitivo que percebe e sabe o que é bom para a sociedade – mesmo que esta não esteja de acordo com ele – a fim de defender os verdadeiros e permanentes interesses nacionais.

REFERÊNCIAS

BRAVO LIRA, Bernardino. Portales y la renovación del ideal ilustrado del gobierno. In: _____. *La república ilustrada*. v. 2. Santiago de Chile: Universitaria, 1992. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/temas/documento>. Acesso em: 24 nov. 2010.

⁹⁰ CORREA SUTIL, op. cit., p. 234-235.

⁹¹ JOCELYN-HOLT LETELIER, op. cit., p. 16.

CHILE. *Constitución Política de la República de Chile jurada y promulgada el 25 de mayo de 1833*. Santiago de Chile, Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponible em: <http://www.bcn.cl/lc/cpolitica>. Acceso em: 24 fev. 2010.

CORREA SUTIL, Sofia. El pensamiento en el siglo XX bajo la sombra de Portales. In: TERÁN, Oscar (coord.). *Ideas en el siglo: intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX: del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950)*. Tomo I. Buenos Aires: Biblos, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2000.

DONOSO, Ricardo. *Las ideas políticas en Chile*. México: Fondo de Cultura Económica, 1946.

EDWARDS, Alberto. *La fronda aristocrática en Chile*. Santiago de Chile: Imprenta Nacional, 1928.

ENCINA, Francisco Antonio. *Nuestra inferioridad económica*. 5.ed. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1981 [1911].

_____. *La Literatura Histórica Chilena y el Concepto Actual de Historia*, Santiago de Chile: Imprenta Universitaria, 1997 [1934].

GAZMURI, Cristián. Alberto Edwards y la Fronda Aristocrática. *Historia*, Santiago de Chile, Pontificia Universidad Católica, v. 1, n. 37, enero-junio 2004, p. 61-95. Disponible em: <http://www.scielo.cl/scielo.php>. Acceso em: 27 nov. 2011.

HOBBSAWM, Eric; TERENCE, Ranger. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLAHAN, Dona. El uso de minas terrestres em Chile: hacia una teoría de la frontera militar. In: *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, jul-dez.2005, p. 343-351. Disponible em: <http://www.revistaseletronicas.pucrs.br>. Acceso em: 16 nov. 2011.

JOCELYN-HOLT LETELIER, Alfredo. *La independencia de Chile: tradición, modernización y mito*. Madrid: MAPFRE, 1992.

MAIGUASHCA, Juan (ed.) *Historia de America Andina*. v. 5. Quito: Universidad Simon Bolívar, 2003.

PALACIOS, Nicolás. *Raza Chilena: libro escrito por un chileno e para los chilenos*. Dos tomos. 2. ed. Santiago de Chile: Editorial Chilena, 1918.

PALACIOS, Senén. Nicolás Palacios: recuerdos íntimos. In: PALACIOS, Nicolás. *Raza Chilena: libro escrito por un chileno e para los chilenos*. Dos tomos. 2. ed. Santiago de Chile: Editorial Chilena, 1918.

PINEDO, Javier. *El pensamiento de los ensayistas y cientistas sociales en los largos años 60 en Chile: los herederos de Francisco A. Encina*. Atenea, Concepción, n. 492, II sem. 2005, p. 69-120. Disponible em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp>. Acceso em: 16 ago. 2011.

_____. Conservadores chilenos y su oposición a las reformas neoliberales de Pinochet. *Estudios interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, v.13, n.1, enero-junio 2002. Disponible em: http://www.tau.ac.il/eial/XII_1/pinedo.html. Acceso em: 06 out. 2011.

PINTO VALLEJOS, Julio; ORTÍZ DE ZÁRATE, Verónica Valdivia; ARTAZA BARRIOS, Pablo. Pátria y clase en los albores de la identidad pampina (1860-1890). *Historia*, Santiago de Chile, v. 36, ago. 2003, p.275-332. Disponible em: <http://www.scielo.cl/scielo.php>. Acceso em: 12 ago. 2010.

RAMÓN, Armando de. *Santiago de Chile (1541-1991): historia de una sociedad urbana*. Madrid: MAPFRE, 1992.

ROJAS MIX, Miguel. *El dios de Pinochet: fisionomía del fascismo iberoamericano*. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

SOTOMAYOR VALDÉS, Ramón. *El Ministro Portales*. Santiago de Chile: Ministerio de Educación Pública, 1954.

VILLALOBOS R., Sérgio. *La vida fronteriza en Chile*. Madrid: MAPFRE, 1992.

RECIBIDO EL 16 DE OCTUBRE DE 2013

APROBADO EL 16 DE NOVIEMBRE DE 2013